

O legado de Wilhem Dilthey para a Teoria e Filosofia da História

Breno Mendes

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
mendes.breno@gmail.com

Resenha da obra: REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: EDUEL, 2003.

Só a história pode dizer ao humano o que ele é. É inútil jogar o passado para trás, como se pudesse começar a vida de novo sem preconceitos herdados. Aqueles que assim procedem não conseguem livrar-se do que passou; apenas logram transformar os deuses do passado em fantasmas (Wilhelm Dilthey – Um sonho).

Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais (2003) é o sétimo livro da carreira de José Carlos Reis. Estudioso dedicado à teoria e filosofia da história com ênfase na historiografia francesa, nesta obra o autor toma como objeto um nome singular do pensamento histórico alemão. Sua pesquisa possui muitos méritos dentre os quais se destacam a coragem de enfrentar um autor considerado como difícil e obscuro – dono de obras extensas e inconclusas – e com pouquíssimo material publicado em língua portuguesa. O estilo da escrita é bastante claro e consegue transitar bem por temas caros à filosofia da história. Para além da discussão epistemológica sobre a autonomia das ciências do espírito, uma grande questão ética e existencial está em jogo ao longo dos cinco capítulos: até que ponto é possível compreender o outro?

Os dois primeiros capítulos da obra se propõe a interpretar Dilthey à luz do contexto intelectual germânico do século XIX. Neste sentido, destaca-se a relação ambígua que o filósofo e historiador alemão manteve com o historicismo. Sua principal peculiaridade – em relação a Ranke, de quem foi aluno – seria uma maior abertura para a especulação filosófica e a reflexão teórica. “Ele estaria para Ranke e a Escola Histórica assim como Kant esteve para Newton. Ele fará a teoria de uma prática cognitiva já existente” (p. 31). Ademais, Reis aborda as críticas diltheyanas contra a pretensão de universalidade seja das filosofias da história – leia-se Hegel – seja da sociologia

positivista. O combate à filosofia da história centra-se no problema do *sentido*. Para Dilthey a realidade histórica não possui nem um *sentido* único, nem, tampouco, um metafísico. Sua *filosofia crítica da história* postula que os homens com seus projetos e intenções é que conferem sentido à história de tal modo que “conhecer o sentido da história é descobrir as ideias que fundam as ações humanas de forma determinada e local” (p. 27). Nesta perspectiva existir é interpretar, compreender, pois o homem é o ser capaz de dar *sentido* ao mundo conferindo *orientação* e *significado* aos seus impulsos naturais. Há uma convergência – mesmo que com um insuperável hiato – entre o conhecimento e a vida, a ciência e a experiência. Por seu turno, a objeção contra a sociologia acentuava os limites do projeto que buscava conhecer o todo da realidade com base num modelo de ciência naturalista; seu grande erro fôra submeter as singularidades das vivências humanas às regularidades típicas dos métodos positivos da física e biologia evolucionista.

A relação entre Dilthey e Kant mereceu um tratamento a parte. “A refutação da metafísica por Dilthey é de inspiração kantiana, embora ele julgue a *Crítica da Razão Pura* ainda uma última forma do sistema metafísico” (p. 72). Para compreender essa relação ambivalente, Reis se equilibra na corda bamba, sem cair em nenhum dos lados: em um deles temos um Dilthey *neokantiano* que pretende construir uma *crítica da razão histórica*, ou, fazer pelas ciências do espírito aquilo que Kant fez pela ciências da natureza; no outro temos um Dilthey *pós-kantiano* que se insurge contra o sujeito transcendental proposto pelo filósofo de Königsberg, preferindo a experiência vivida ao conceito. “Para ele, o saber científico só é uma extensão da observação de si mesmo” (p. 83). Na perspectiva da *crítica histórica da razão* o homem não pode ser reduzido a algum *a priori*; só a história revela quem ele tem sido.

A autonomia das ciências humanas está no título da obra em análise e aponta para seu núcleo duro: a epistemologia diltheyana. Aliás, talvez esta seja uma das reflexões pelas quais o filósofo germânico tenha ficado mais conhecido. Antes de nos determos nisso, porém, vale ressaltar que W. Dilthey, assim como os demais representantes da hermenêutica, possuía sua própria versão do chamado *círculo hermenêutico*, articulando as ideias de parte e todo: “A significação das várias partes do texto pode levar a várias interpretações. É o sentido do todo que permite e limita as possibilidades de interpretação. A história pode ser decifrada indutivamente como um texto: dos eventos, das manifestações individuais, ao sentido do todo” (p. 222). Aliás, o projeto hermenêutico de Dilthey caminha na contramão do positivismo e é marcado por um dualismo de objeto e método. Assim, as ciências da natureza explicam um objeto exterior ao sujeito em busca

de leis e relações de causalidade. Já as ciências do espírito¹ compreendem a singularidade das experiências e vivências. Esta dualidade epistemológica está assentada sobre uma dicotomia ontológica em que a natureza é interpretada com uma realidade objetivável e submetida a regularidades, ao passo que o espírito é uma realidade subjetiva e imprevisível. Entretanto, Reis toma o cuidado de evitar interpretações simplistas sobre a dualidade epistêmica quando ressalta que “as ciências morais, todavia, não poderiam estudar os seus fatos morais sem se apoiar sobre as ciências naturais. Os objetos espirituais têm, efetivamente, por base e condição os objetos físicos” (p. 101).

Em obras anteriores José Carlos Reis havia analisado questões atinentes à historiografia francesa com destaque para a Escola do *Annales* e seus combates contra o pretense “positivismo” da Escola Metódica. Talvez, este seja um dos motivos da busca pela compreensão de um projeto epistemológico alternativo ao modelo positivista ainda nos oitocentos. “Na passagem dos séculos XX ao XXI, quando os mais ambiciosos projetos teórico-metodológicos para a história e as ciências humanas entraram em crise, depois de sonharem por algum tempo com o sucesso definitivo, propomos o retorno aos clássicos da compreensão para um reinício mais prudente.” (p. 178).

Ainda em relação ao método o livro não poderia deixar de debater a célebre compreensão empática (*verstehen*) que está no cerne da hermenêutica diltheyana e cujo campo semântico abarca os conceitos de *revivência*, *representação*, *recriação*, *transferência e transposição*. Além de apresentar o *modus operandi* deste procedimento, o autor discute as inúmeras objeções recebidas pela empatia. Os críticos de Dilthey ressaltavam o aspecto introspectivo e a assistemático da *verstehen*. Mesmo levando a sério os julgamentos desfavoráveis, Reis não deixa de defender a pertinência da abordagem hermenêutica evitando reducionismos: “a compreensão aborda o singular, busca apreender individualidades, produz individuação, mas não pode deixar de recorrer a *tipos gerais*: tipos de ações, de gestos, modelos de relações sociais” (p. 207).

Todavia, como compreender os homens e mulheres de sociedades diferentes das nossas? Até que ponto a compreensão da alteridade é possível? Tais são as questões que ressoam nas páginas finais do livro. Destaque para o teste ao qual a compreensão empática é submetida para pensar as *situações-limite*: afinal, “tudo compreender é tudo perdoar”? Neste sentido, Reis ressalta que a compreensão da alteridade em seus próprios termos não é acrítica e não desemboca em um relativismo absoluto. Desse modo,

¹ “O ‘espírito’, para ele, não podia ser definido por uma construção especulativa, mas devia ser tomado em suas expressões historicamente constatáveis. ‘Espírito’ é *a experiência interna individual e as suas manifestações criativas e duradouras históricas, que são um todo integrado, dado imediatamente*” (p. 128).

compreender não é sinônimo de perdoar. “O passado deve ser estudado, portanto, em seus próprios termos, mas não para ser ‘perdoado’. Aliás, o próprio passado, uma vida complexa e contraditória, em seus próprios termos, também não se perdoava. (...) A própria vida passada é capaz de se autocontestar” (p. 216).

Embora continue sendo pouco visitada, de maneira monográfica, pelos pesquisadores brasileiros, a obra de Dilthey pode trazer importantes aportes para as discussões contemporâneas, em vários aspectos. Como assinalado por Valdeir Araújo², atualmente, o campo da história da historiografia não se preocupa apenas com as discussões epistemológicas sobre as condições de possibilidade do conhecimento histórico, mas tem se aberto para uma analítica da historicidade. Ora, um dos principais legados diltheyanos repousa, justamente, em sua ênfase na historicidade da experiência humana, algo que, aliás, gerou bons frutos nas reflexões de Martin Heidegger e Paul Ricoeur, para citarmos apenas dois nomes de grande envergadura. Além disso, em tempos de acirrada polarização política, a sua proposta ética de uma *historiografia compreensiva* em relação a alteridade parece se mostrar ainda pertinente. Afinal, a interpretação e compreensão do outro, da diferença é um primeiro passo para um diálogo fecundo, uma convivência saudável e autenticamente democrática.

Por fim, resta-nos assinalar as limitações de *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Evidentemente, seria infrutífero listar aqui o que poderia ter sido e não foi, isto é, aquelas possibilidades de abordagem abortadas em razão das decisões e escolhas que toda pesquisa acarreta. Ao nosso ver, a principal falta da obra é a ausência de bibliografia na língua de Goethe, mesmo que tenha sido anunciado pelo autor, desde o princípio, que ele faria o “estudo de algumas de suas obras mais importantes, lidas em edições francesas” (p. 20). Longe de um mero requinte acadêmico, a leitura de Dilthey no seu idioma original e à luz dos comentadores germânicos, certamente, contribuiria para uma abordagem ainda mais aprofundada. Entretanto, tal observação, de modo algum se converte em um desmerecimento. Basta lembrar que ainda hoje, mais de dez anos após sua publicação, ainda não há notícia de outro livro na historiografia nacional que tenha tematizado a filosofia da história diltheyana. Por esse, e pelos demais motivos discutidos acima, a obra torna-se incontornável para os historiadores brasileiros desejosos de se aproximar do pensamento de Wilhelm Dilthey.

² ARAUJO, Valdeir Lopes. História da historiografia como analítica da historicidade. História da Historiografia. Ouro Preto. Número 12, Agosto de 2013.

SOBRE O AUTOR

Breno Mendes é doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Recebido em 16/08/2018

Aceito em 19/12/2018